

A LONGA DURAÇÃO NA FICÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA

Profa. Dra. Marilene WEINHARDT¹ (UFPR)

Resumo:

*Em proposta de sistematização da ficção histórica brasileira das duas últimas décadas do século XX, uma categoria pode ser denominada “Romances de longa duração”, emprestando-se a expressão e o conceito de Fernand Braudel. São narrativas que ficcionalizam um tempo que se estende por várias gerações. Discute-se a propriedade de acolhê-los na modalidade romance histórico, a despeito de confrontarem algumas das teorias correntes sobre esse gênero, particularmente em relação à temporalidade e ao herói. Os títulos são: **Viva o povo brasileiro** (1984), de João Ubaldo Ribeiro; **Sonata da última cidade** (1988), de Renato Modernell; **A ilha nos trópicos** (1990), de Marcos Santarrita; **Mil anos menos cinqüenta** (1995), de Ângela Abreu; **A mão esquerda** (1996), de Fausto Wolff; **A República dos bugres** (1999), de Ruy Tapioca.*

Palavras-chave: ficção histórica; ficção contemporânea

Introdução

Em trabalho que se propõe mapear e sistematizar a ficção histórica brasileira das duas últimas décadas do século XX, com levantamento que totaliza aproximadamente cento e vinte títulos, entre as dez categorias estabelecidas a partir da leitura dos romances, em busca de pontos de convergência, de intersecção e de particularização, um conjunto, reunindo seis romances, tem em comum a ficcionalização de um tempo histórico alongado, estendendo-se por mais de um século, em geral narrando a vida de várias gerações. Em artigo recentemente publicado entre nós, sob título que já dá indícios das concepções que o orientam – “O Romance histórico ainda é possível?” (2007) –, F. Jameson propõe critérios bastante restritivos para qualificar um romance como histórico:

não (...) apenas a representação de um período de transição histórica, mas também, e em larga medida, a encenação de uma revolução e uma contra-revolução; em outras palavras, de um daqueles eventos paradigmáticos, como a própria guerra, que sempre devem estar no centro de um romance histórico (...) para que ele se qualifique como tal. (2007, p. 188)

A aplicação rigorosa desse princípio faria com que se descartassem de imediato da classificação “romances históricos” aquelas obras como as referidas acima, que não apenas não representam “um período de transição histórica”, ou pelo menos não apenas um, como não se centralizam em torno de um “evento paradigmático”, ou, mais uma vez, não apenas de um único evento. Entretanto, mesmo o leitor sem preocupações em relação a taxionomias e menos atento aos rumos dos estudos históricos perceberá, nesses romances, a encenação da história como uma questão determinante.

Recorrendo às teorias da história, particularmente a um dos modos da chamada “Nova História”, encontra-se guarida e justificativa para a inclusão desses romances de arco temporal de longo alcance no panorama da ficção histórica. É de meados do século XX, difundindo-se ao longo da segunda metade da centúria, o conceito de longa duração, a *longue durée* de Fernand Braudel (1978).

É bem verdade que os ficcionistas não esperaram a orientação dos historiadores para realizar esse tipo de apropriação da história pela ficção. Via de regra, a criação não depende de qualquer aval extrínseco. No mesmo ano em que o historiador francês lançou *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, pedra de toque desse modelo de estudos históricos, Érico Veríssimo publicou o primeiro volume do romance-rio *O Tempo e o vento* (1949). É aos estudos críticos que cabe buscar instrumental de abordagem e justificativa para as escolhas. O uso da

expressão emprestada não significa ler a produção ficcional submetendo-a a uma análise histórica rigorosa, até porque os possíveis resultados não seriam significativos da força de realização dos romances. Mas certamente é possível buscar nessas representações noções de espacialidade e de continuidade, é bem verdade que constituídas no universo ficcional, mas que correspondem, certamente não por acaso, àquelas do plano histórico.

1 Uma história possível ou um caso de consciência

Na época do lançamento de **Viva o povo brasileiro** (1984), João Ubaldo Ribeiro declarou em entrevista considerar sua obra “não a história – mas uma história – de um possível surgimento de consciência da nacionalidade – consciência de nação e um pouco também consciência de classe, ou, pelo menos, de consciência social no Brasil.” (SERRA, 1985) A declaração é marcada por cuidados para não se apresentar como a história (“uma história”, “um possível”), mas não se furta do reforço à noção de consciência, acompanhada de três adjetivos. Sob a égide da construção dessas três modalidades de consciência – de nação, de classe, social – pode-se abrigar quase a totalidade da produção literária brasileira, independe do adjetivo que a qualifique.

Nessa obra, a opção para apresentar a construção da consciência é acompanhar seu percurso ao longo de mais de três séculos. O tempo ficcionalizado, que não é apresentado cronologicamente, vai de 1647 a 1977. O espaço da ação romanesca predominante é a Bahia, preferencialmente a ilha de Itaparica, mas eventualmente se desloca para outras regiões brasileiras, e mesmo para os espaços de guerra no Prata, ou ainda para Lisboa como espaço de viagem. Ou seja, o espaço inicial é aquele considerado historicamente da fundação do país, amplia-se além das fronteiras geográficas na América do Sul e revisita, já no século XIX, o ponto de partida da colonização branca, para se fechar voltando ao início, não mais como “Vera Cruz de Itaparica”, como é denominado em 1647 (p. 37), nem “Vila de Itaparica”, registro de 1866 (p.422), e sim “Estância Hidromineral de Itaparica”, em 1977. (p. 613) Se fisicamente o espaço é o mesmo, a ação do tempo e do ser humano já não permitem que se reconheça como o mesmo histórica e socialmente.

O recurso empregado para dar unidade a romance cujo herói é tão multifacetado – o povo brasileiro, como indica o título – além de seguir a trajetória de algumas famílias, é estabelecer parentescos pela via da espiritualidade, acompanhando as aventuras e desventuras de uma “almazinha”, em alguns períodos na condição de encarnada e em outros no “Poleiro das Almas” (p. 18), temerosa de novos sofrimentos na condição humana, mas sempre ansiosa por novas experiências, única forma de conhecimento, que só podem dar-se no plano terreno.

A abertura do romance focaliza a representação de uma das encarnações dessa almazinha. Trata-se da descrição de um quadro, intitulado ‘O Alferes Brandão Perora às Gaivotas’, com a data de 10 de junho de 1822 pintada “numa folhinha que singra os ares” (p. 9). Logo o leitor é informado dos fatos históricos. Trata-se de momento de resistência do Senado da Câmara da Bahia a ordens portuguesas, no clima que redundará na Independência. Vale lembrar que esse momento político tomou cores particulares na Bahia. O herói-mártir teria sido alvejado por forças portuguesas, ou melhor, o Alferes, ou antes, o “rapaz de pescaria (...), bastardo e pobre” (p.12), apelidado Alferes por usar um casaco que se parecia com a farda, e estava naquele local como poderia estar em “qualquer outra parte do Recôncavo” (p.10). Finado por puro acaso, transforma-se em herói nos relatos que tomam corpo e se perpetuam no registro histórico que tem sua expressão por excelência nesse quadro pintado. A cena é emblemática, significado reforçado quando se atenta para a epígrafe do romance, sem indicação de autoria: “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias.”

A dessacralização da história aparece ainda nos registros das datas, que abrem cada bloco, juntamente com a indicação do local, à maneira de carta ou de diário, exceto esse primeiro, facilitando a localização do leitor, providência indispensável no constante ir e vir espaço-temporal que constitui a narrativa. Não se indicam datas de eventos historicamente consagradas, embora

muitas vezes o leitor, conhecedor da história nacional, perceba a evocação e mesmo a intencional recusa. Assim, descreve-se o dia “8 de novembro de 1822” (p.20), ou ainda “14 de novembro de 1889.” (p.535)

A preferência pela classe popular não corresponde à vitimização, no modelo do martiriológico, ou do protesto mal humorado. Se bem que o dominador seja quase sempre caracterizado como representante do mal, o dominado, ainda que sempre explorado, não será representante exatamente do bem, mas antes da justiça, ainda que à custa de artifícios. Ser dominado não significa ser incapaz de reação. A acusação se faz pela exploração das manifestações de ridículo nas demonstrações de poder.

2 A cidade palimpsesto

Sonata da última cidade (1988), de Renato Modernell, coloca o leitor em diferentes momentos da história da cidade de São Paulo, desde sua fundação. Entretanto, poucas datas são referidas, e quando aparecem é de modo sub-reptício. Conhecemos quatro gerações de uma família, desde o patriarca italiano Umberto Carlini, que migra para São Paulo no final do século XIX, até seu bisneto Alexandre, morador de uma república de descasados, na Vila Madalena, na época da escrita. A narrativa está sempre centrada em uma das personagens da linhagem masculina, mas vai passando de uma geração a outra sem que o leitor menos atento perceba a mudança de foco.

A despeito da profusão de personagens, ou por isso mesmo, a personagem que avulta no livro é a cidade de São Paulo, sua história. Transcrevo parágrafo expressivo quanto à proposta do romance:

Nas ruas de São Paulo havia uma euforia crescente. Era a última década do século e, no Triângulo, os jornais e os bacharéis grandiloquentes anunciavam que a cidade finalmente acordava de um sono de mais de trezentos anos. Passava de província a metrópole. E a população tinha certeza de que dias de glória e fartura se aproximavam. O próprio crescimento físico da cidade, para além das velhas pontes imperiais e até coloniais não deixava dúvidas. (p. 26)

Essa trajetória tem a marcação do tempo apresentada de modo muito particular. São escolhidos alguns eventos recorrentes como preferenciais. Por exemplo, uma das amarrações de arco mais abrangente é a passagem do cometa Halley. Ainda no início da carreira do imigrante como motorneiro – vários dos homens da família exercem profissões ligadas a transportes, o que dá oportunidade privilegiada para o registro do progresso tecnológico e das alterações da paisagem da cidade – a notícia da aproximação do cometa propicia uma ligação com época muito mais recuada, concomitantemente datando o presente narrado: “Umberto Carlini duvidava que o mundo fosse mesmo acabar com a chegada do cometa. (...) Em 1835, com dez anos de idade, seu pai vira o Halley brilhar no céu da Itália.” (p.99) Mesmo que não se tenha atenção ao intervalo que se dá para a repetição do fenômeno, a narrativa registra “setenta e cinco anos haviam passado desde a última e devastadora aparição do cometa.” (p.99) Conclui-se que corre o ano de 1910. A passagem seguinte do Halley, portanto em 1985, é registrada nas últimas páginas, estando em foco um bisneto de Umberto. No outro extremo desses cortes, as fatias temporais mais finas são da evocação da crença de que o sangue de San Gennaro, guardado em duas ampolas na Catedral de Nápoles, “se liquefazia três vezes por ano (...) e que, quando isso não acontecia, era sinal de terríveis desgraças, (...). A repetição do milagre era comemorada com grandes festas nas ruas.” (p.73) Os italianos do Brás e seus descendentes mantêm a tradição, os festejos são registrados muitas vezes. Mas em um “outono chegou a notícia de que o sangue de San Gennaro não havia se liquefeito”. (p.329) Informações sobre o cenário europeu, sobre a política brasileira e a situação dos habitantes de São Paulo permitem localizar a época da Segunda Guerra. Como nem só de italianos se faz São Paulo, uma lenda japonesa também realiza o mesmo papel. Um imigrante nipônico relata a lenda do encontro de Tanabata-Tsume e Hikoboshi, que também se repete ou não, conforme tempos de graça ou de desgraça. Marcação in-

mediária quanto à localização temporal se dá pelo registro da história do futebol, desde quando Carlini vê pela primeira vez o estranho jogo em que “pessoas se divertiam vendo vários homens correndo na lama e gritando coisas em inglês, enquanto chutavam selvagememente uma bola de couro” (p.22), até os jogos da “décima terceira copa do mundo.” (p.621) Portanto, é o ano de 1986. A expressão alcançada pelo futebol no país é relatada em todos os seus passos, mas sempre pela apreensão das personagens e sobre como as informações chegavam a elas. Outra linha do tempo reconstruída no romance é a evolução dos meios de comunicação. O que ocorre também com a música que se ouve, o ritmo que se dança, os textos que se lêem, além da evolução dos meios de transporte e das intervenções na paisagem urbana, já referidos.

A constituição dos bairros, no aspecto social e arquitetônico, é linha narrativa que se destaca, somando-se à precisão dessas descrições outro detalhe, o aspecto zodiacal:

Nas calçadas do Brás, os acendedores de lampiões se apressavam em acionar a iluminação a gás antes da chuva. Urano, o planeta da eletricidade, do magnetismo e dos novos empreendimentos, ao passar da Barra Funda a Santa Ifigênia, entrava em oposição com a Lua, regente da água e dos líquidos, que neste momento estava na Vila Mariana. (p.19)

Nesta passagem é a justificativa para a chuva. Em outras – e são recorrentes – a posição dos astros explica acontecimentos com as personagens e até questões políticas. Certamente não será por acaso que os capítulos totalizam doze. Vale notar que a imagem de uma mandala ocupa uma página da abertura.

O percurso do imigrante e seus descendentes permite a ficcionalização de cerca de um século. A primeira citação do romance registrada acima faz referência a um “sono de mais de trezentos anos” que antecederia o momento do despertar. Para a figuração desse período o romance recorre a um elemento que se pode qualificar como mágico, duplamente mágico. A ex-escrava Almerinda, sogra de Umberto, é personagem presente durante todo o entrecho, sobrevivendo aos seus contemporâneos por larga margem. Sua presença realiza ligação temporal alcançando época ainda mais recuada àquela do início da narrativa, isto é, a do fim do Império, não apenas por esta extraordinária longevidade. O bisneto engenheiro já tinha percebido que São Paulo é uma “cidade com várias camadas superpostas. Um palimpsesto” (p.439), termo que se repetirá quase duzentas páginas depois: “O palimpsesto tinha memória.” (p.629) Ao levá-la a passeio a sobrevoar a cidade, pela visão dela revelam-se camadas superpostas, atingindo a história de amor entre João Ramalho e Bartira, acontecida naquele espaço no século XVI.

O leitor, bem como uma personagem de cada geração, tem acesso a uma informação, um segredo iniciático que é passado a um membro de cada geração. Ainda no navio que o trazia ao Brasil, uma cartomante diz a Umberto que “um homem do futuro vai escrever um livro com a história da sua vida e dos seus filhos.” (p.15) As personagens que recebem esse segredo eventualmente se sentirão observadas por um homem misterioso, sentindo-se ameaçados e até procurando passar despercebidas quando a vida corre com mais tranquilidade. Evocada a espaços ao longo de toda a narrativa, a presença desse “autor” se adensará à medida que se aproxima o final, referindo-se inclusive à figura do leitor. Ou seja, três dos componentes da narrativa – autor, personagens e leitor – tem o estatuto de suas relações questionado, se não alterado. No desfecho, o último descendente decide enfrentar o autor. Depara-se com um espelho.

3 A personagem palimpsesto

A Ilha nos Trópicos (1990), de Marcos Santarrita, ensaia um grande painel de muitas linhas, cruzando um enredo de suspense, amor, criminalidade e corrupção no presente, com aventuras em diversas faixas temporais inscritas no passado histórico. Entre o “Prólogo” e o “Epílogo”, em que uma voz agonizante dirige-se ao Senhor, tentando entender quem é, ao mesmo tempo que se refere

às diversas vidas que já viveu, memória que alcança épocas pré-históricas, há quatorze capítulos, intitulados sempre pela indicação de um ano.

Os capítulos ímpares, exceto um, trazem a data de 1984, apresentando um casal que foge para uma praia semi-deserta em função do desvio de pequena quantia no banco em que ela trabalhava como caixa e ele era gerente, trama que se complica quando se descrevem homens que navegam em luxuoso iate na região costeira próxima, cujas atitudes revelam ao leitor tratar-se de um disfarce. Logo se sabe que estão em cena grandes figuras do mundo político-empresarial, entre eles um policial, antigo torturador durante o regime militar. No momento tentam colocar em prática um mirabolante plano de fuga com o produto de um grande desfalque. Mas há espões no encalço dos infratores e as cenas de perseguição, fugas e tiroteios na praia e no mar parecem o roteiro de violento filme de ação. O pivô da confusão parece ser a moça do casal em fuga. O acompanhante, apaixonado, está sempre tentando entender o comportamento insólito da amada. À medida que ele vai se dando conta de que está servindo de instrumento de uma contravenção de dimensões muito maiores, o leitor vai percebendo a emaranhada trama.

A complexidade da moça não decorre apenas de sua vida presente, por mais extraordinária que ela seja, ou talvez se deva dizer confusa. Acontece que frequentemente ela entra em espécie de transe e faz relatos que o companheiro tem grande dificuldade para entender. A certa altura, ela explica:

- Porque as experiências a que eu tenho acesso, que estão armazenadas dentro de mim, são dessas pessoas, cada um dos meus antepassados. Eu não posso reviver experiências que elas não viveram. Sabe, em cada uma dessas épocas eu não sou uma só pessoa, sou várias... (p.270)

Tais experiências constituem os capítulos intercalados, os pares, exceto na última sequência, quando esse esquema se quebra. São estas partes da narrativa que permitem lê-la como ficção histórica. Os pontos de parada dessa espécie de máquina do tempo são os anos de 1913 (capítulos 2 e 13), 1760 (capítulos 4 e 12), 1671 (capítulos 6 e 10), e 1559 (capítulo 8). Note-se que há um espelhamento, com cronologia regressiva até ano mais afastado, único a merecer apenas um capítulo, e progressiva a partir daí. Neste ponto nodal o relato apresenta tensões entre índios, portugueses, mestiços e franceses. Aparecem nomes de personagens históricas, Mem de Sá, Villegaignon, Caramuru, Nóbrega, entre outros, como pano de fundo para as aventuras vividas pelas personagens ficcionais. O processo será o mesmo nas demais faixas temporais, isto é, as aventuras ficcionais condicionadas por evocações históricas.

A amarração entre essas faixas, além de seu caráter de reminiscência paranormal, é a presença de um medalhão, inclusive em 1984, que aparece e reaparece de forma misteriosa. Mas o recurso, mesmo associado ao esquema de espelhamento referido no parágrafo anterior, não é suficiente para manter a atenção do leitor. A associação de elementos de ação com traços históricos, neste caso, parece produzir um afrouxamento da tensão nos dois planos.

4 Camadas mais profundas do palimpsesto

Em **Mil anos menos cinquenta** (1995), Ângela Abreu ficcionaliza espaço longe do Hemisfério Sul e abre o compasso temporal. Os quase dez séculos anunciados no título são percorridos acompanhando uma família, predominantemente pela descendência feminina, que deambula sobre o solo que, a certa altura da narração, se estabiliza como território português. O tempo narrado cobre desde a fundação de Portugal até meados do século XIX.

O romance principia com o período: “Livro de genealogia de todos nós, filhos de Deus e do Diabo, conforme cada destino.” (p. 14) Além do eco bem brasileiro presente no reconhecimento dessa ascendência metafísica, explicita-se já uma noção que percorre toda a narrativa: a força da destinação. Segue-se a descrição da árvore genealógica, sem referência à passagem do tempo além

da sucessão de gerações, mas registrando-se os deslocamentos espaciais. O verbo *gerar* é o termo mais constante, citando nomes, ou melhor, prenomes, o que indica tratar-se do percurso de uma família que não é de linhagem nobre, ainda que muitos desses nomes, sobretudo os primeiros, coincidam com os daqueles registrados pela história como fundadores da nação portuguesa. O leitor tem aí uma pista para leitura de caráter alegórico. No último parágrafo retornam os mesmos nomes do início, fechando-se um círculo e abrindo outro. Assim, além da explicitação do sentido do título, marca-se uma proposta de leitura. Mesmo que pouco atento ao fato de se usar a língua no registro do português do Brasil, ou considerando irrelevante essa opção, o leitor não pode deixar de perceber que se deve entender a narrativa como um relato do passado que é também o brasileiro.

A “Genealogia de Urraca e Ab’ul”, que fecha o volume (p. 259-261), listagem das gerações, prático instrumento a se recorrer durante a leitura, lista até a 38ª geração, abandonando sempre os ramos que não serão acompanhados pela narrativa. Percebe-se o predomínio, próximo da exclusividade, de foco na descendência feminina. Há várias ocorrências da palavra “matriarca”, mas a linha sucessória não é necessariamente direta. Nem sempre é a filha quem herda a condição da mãe. Os deslocamentos espaciais são registrados, mas as referências a tempo datado são muito raras. A indicação consta no registro da primeira geração (“Afonso (...) nascido em 1064”) e da última (“meados do século XIX”). Não é acidental, obviamente, o início da narrativa situar-se no ano da reconquista de Coimbra.

O romance é composto de 68 capítulos breves, com epígrafes que podem ser lidas como títulos, inclusive porque estão reproduzidas no sumário, sempre em caixa alta, por vezes comportando mais de uma citação. A fonte mais constante é a Bíblia. Há ainda evocações do Alcorão e algumas de momentos históricos.

A narrativa se constrói seguindo a cronologia, ainda que com breves analepses, várias prolepses e eventuais alusões a um “hoje”, ambíguo, podendo referir-se à manutenção de uma marca de caráter nacional e ao tempo da escrita.

O foco é sempre o percurso da família ficcionalizada, mas as referências aos eventos históricos, imediatamente reconhecíveis para o leitor inteirado da história factual, pontuam a narrativa. Em outras passagens, o plano ficcional é integrado ao histórico por costura quase invisível, enquanto este é duplamente questionado, em sua condição de definidor da condição de vida das pessoas comuns e também na habitual idealização do relato oficial. O leitor condicionado a pensar na história da nação portuguesa seguindo casas dinásticas e sucessão de grandes feitos, pode entender que a presença de dados históricos é um acessório acidental. De fato, os eventos históricos têm pouca relevância na narrativa mas, tendo-se em vista outras formas de entender a história, particularmente aquelas vertentes que elegem extratos sociais menos favorecidos em detrimento de heróis e grandes feitos, não se negará que este relato pode ser uma história da nação. Não é por acaso, certamente nem por afirmação de discurso feminista radical, a opção por ficcionalizar, em um mundo construído sobre decisões e valores masculinos, uma linhagem de mulheres, acompanhando as matriarcas, aquelas que cultivam e sabem preservar certas qualidades reiteradas ao longo da narrativa, atitude que garante a sobrevivência do grupo.

5 Uma camada teutônica

Em *À mão esquerda* (1996), de Fausto Wolff, são quatro gerações de homens de uma família, mas neste romance há um indivíduo preenchendo a função de personagem central. Este herói é construído pela sua própria voz e pela voz de muitas das personagens de suas relações, desde familiares até estrangeiros com quem tem contato no exterior, vozes que vão se alternando ao longo dos sessenta capítulos. O título de cada capítulo traz o nome do narrador daquele trecho e o ano focalizado, sem sequência cronológica rigorosa. Conjugando as diferentes visões, tempos e espaços, como quem monta um quebra-cabeças, o leitor vai apreendendo o fio narrativo da vida do “herói-anti-herói”, (p.259) descendente de alemães, nascido no sul do Brasil, que se mudou para o Rio de Janeiro.

ro, onde exerceu o jornalismo, exilou-se durante parte da ditadura militar, praticou a contestação política sobretudo no *Pasquim*, ao mesmo tempo em que não se furtou a aventuras amorosas e experiências conjugais, sempre em meio a muita bebida e cigarro. Não é preciso dizer mais para se perceber que há aí também o caráter de romance de geração.

Duas vozes não se enquadram na categoria acima. Uma comporta várias ordens de excentricidade. Se as demais estão entre 1943 e 1995, esta registra algumas vezes o ano de 1594, passa por 1689 e alcança 1824. É o registro de “O Bobo”, anão de um castelo alemão pertencente a um antepassado da família do herói. Personagem atemporal, acompanha várias gerações, chegando a se manifestar como presentificação do Tempo. Como bobo da corte, cabe-lhe dizer verdades, inclusive ao seu senhor. É essa voz que faz com que se identifique nesse romance a concepção de longa duração. Por ela sabe-se que muitas das características comportamentais do herói aparecem nos seus ancestrais. Nesse conjunto, chama a atenção a passagem do inglês William Shakespeare pelo castelo, o dramaturgo e o castelão convivendo amigavelmente por um período.

A outra voz diferenciada é do “narrador”, assim mesmo nomeado, que entra em cena sempre que percebe que o “autor”, também assim identificado, está em dificuldade na condução da narrativa. Essas intervenções têm o intuito de explicar, ensinar, completar, reorganizar. Por exemplo, quando é relatado o que parece inverossímil, intervém:

A rigor, o presente capítulo não precisaria existir. Ocorre que o autor deixou-se cair numa armadilha literária (...) não é preciso ser nenhum Edmund Wilson ou Álvaro Lins para entender que nesse teatro forçado ele [um bolcheiro] não poderia parar a fala para comentar sobre a bodega, a situação política, filosófica e econômica do país, já que não teria conhecimentos suficientes... (p.80)

Na continuação das críticas ao relato do “autor”, registra-se uma modalidade para a classificação do romance: “ficção histórica introspectiva”. Em outra oportunidade a voz do “narrador” registra um diálogo que teve com o “autor”, de modo a não restar dúvida que são dois seres diferentes, ou melhor, três, porque este último faz questão de marcar a distância entre si e a personagem central. Entretanto, as coincidências com os dados biográficos do autor empírico não são poucas, aspecto referencial reforçado pela presença, no plano ficcional, de várias personagens empíricas da época, as do meio político com nomes que permitiriam classificar a narrativa como *roman à clé*, as do meio jornalístico nomeadas sem disfarces. A simulação e a dissimulação fazem um jogo de espelhos em que a imagem original se funde e confunde.

6 A camada imperial com breves incursões em outros substratos

O tempo narrativo predominante em **A República dos Bugres** (1999), de Ruy Tapioca, abrange oito décadas, da vinda da família real portuguesa para o Brasil até a proclamação da República, mas inclui incursões aos três séculos em que o Brasil permaneceu na condição de colônia. O trabalho artesanal na construção transparece em dois níveis: recursos narrativos – particularmente no jogo criado entre temporalidade, espacialidade e opção narrativa – e mobilização de efeitos de linguagem, especialmente quanto à pesquisa lingüística para parodiar a fala lusitana e de época.

O enredo põe em cena, como protagonista, um mestre-escola, ex-seminarista, filho bastardo do Príncipe Regente D. João, vindo para a colônia com a família real aos dez anos, portanto nonagenário no fim do tempo narrado. É dessa posição multifacetada, de quem vive nas proximidades do poder mas não partilha desse poder, tem liberdade para manter relações de convívio e amizade concomitantemente com várias camadas sociais, tem vida excepcionalmente longa, somada à condição de detentor de formação equiparada à da elite cultural, que a personagem acompanha quase toda a história brasileira do século XIX, pelo menos o que acontece no Rio de Janeiro. A narrativa acompanha, portanto, as grandes alterações operadas com a chegada da Família Real, modificando de um momento para outro uma situação que se mantinha quase

estável desde muito, a passagem da condição de colônia a reino unido, o Primeiro Reinado, o Segundo Reinado, as lutas abolicionistas, a decadência do Império, a conspiração republicana e, por fim, a proclamação da República. O herói vive seu cotidiano de cidadão comum, mediano, sem intervenção nos destinos da nação, mas circulando nas proximidades do centro das decisões, eventualmente cruzando-o. Ele é o recém-nascido batizado como Joaquim Manuel no Convento das Bernardas, o menino Quincas no Palácio de Queluz, depois nas ruas e no Palácio do Rio de Janeiro, sempre protegido por D. João, o seminarista Joaquim Manuel Menezes d'Oliveira, o mestre Quincas, Nhô Quinzinho, o Comendador Menezes d'Oliveira no Sobrado da rua da Carioca, o agonizante que impreca contra o Brasil em diálogo com o Senhor, quando as condições físicas já não lhe permitem comunicar-se com ninguém do plano terreno.

A personagem que faz contraponto e movimento de complementaridade com Quincas é o negro Jacinto Venâncio, menino escravo que cumprirá papel de iniciador do recém-chegado no Rio de Janeiro. Liberto, será pároco da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Pretos e capelão na Guerra do Paraguai. Outra figura a fazer uma espécie de jogo de espelho com Quincas, como duplicação e reflexo, é o Bacharel Viegas de Azevedo, iniciador em outro universo, o intelectual, verdadeiro *maître à penser*. Português, transferira-se para o Brasil desde o terremoto em Lisboa, portanto já está em idade avançada no início do tempo narrado.

Em quase todas as cenas registra-se, de alguma forma, a presença ou a marca de uma destas três figuras, freqüentemente de duas: Quincas com Jacinto Venâncio, cujas vidas correm ao mesmo tempo, com vários cruzamentos; Quincas com o bacharel, este morrendo ainda na juventude de Quincas, mas permanecendo no discípulo na formação e no modo de entender o mundo. É a leitura de seus escritos, deixados em herança ao herói, que faz a ficcionalização dos três séculos do Brasil-colônia.

Ruy Tapioca fatiou o tempo de tal modo, sem um método que revele de imediato seus mecanismos, que o leitor precisa avançar algumas dezenas de páginas para perceber que avanços e recuos não são aleatórios. Já para desvendar o duplo sentido das amarrações, no plano do enredo ficcional e do histórico, é preciso uma segunda leitura para apreender as duas dimensões, inclusive por omissões no tempo histórico.

O sumário apresenta a seqüência dos numerais em latim, de *Primus* a *Decimus*, sem qualquer outra informação. Na operação de montagem, desmontagem e remontagem das partes dos capítulos encontra-se uma primeira chave de leitura. As informações apresentadas na forma de epígrafe, que em princípio pode-se entender como um recurso para se desincumbir logo de uma dificuldade narrativa, dispensando o registro de deslocamentos e de marcação temporal inseridos nas ações, são dados que, quando percebidas as implicações de algumas variações e a alternância de foco narrativo e opções discursivas em cada bloco, incluindo aspectos de diagramação, vão aos poucos revelando os riscos e as cores do desenho do mosaico, composto por várias figuras, sempre com traços exclusivos. Não adianta buscar um padrão que se repita, é necessário divisar a lógica da composição do conjunto.

Conclusão

Nas narrativas aqui resenhadas, não há dúvida de que a inserção na temporalidade histórica é condição indispensável para a efetivação do plano ficcional, ainda que não estejam centradas em um “momento paradigmático” da história, conforme a exigência de Jameson evocada na introdução. Talvez seja sobretudo em função da opção contrariando essa recomendação que se pode argumentar em favor da importância dada à historicidade inscrita no enredo ficcional, ou melhor, pode-se considerar que este decorre daquela. Note-se ainda que, em certa medida, algumas das características apreendidas por Lukács como típicas do romance histórico estão aí presentes, como personagens e grandes acontecimentos históricos como pano de fundo para ação centrada em incógnitos, da esfera popular, vivendo detalhes do cotidiano que parecem insignificantes.

(LUKÁCS, 1972). Nem por isso se pode classificá-los como romances históricos tradicionais. A visada irônica, não raro expressa pelo humor ácido, valida a inscrição na própria temporalidade. A saga é revitalizada, mas já não é sagrada. A discussão sobre identidade não está vencida, mas distante de processo de heroização. A revisitação ao passado, privilegiando momentos, o que permitiu essa leitura marcada pela noção de palimpsesto, passa longe da idealização, mas nem por isso é calcada exclusivamente em processos de ridicularização do passado.

Vale a pena ainda uma palavra a respeito de alguns recursos narrativos, em vista de sua recorrência. Nestes seis romances, nenhum opta pelo foco da história de grandes eventos e grandes figuras, ainda que fosse para denunciar-lhes o caráter de construto. O percurso que interessa é sempre o da história do povo, o que não quer dizer necessariamente de um gênero específico de excluídos. A busca de abrangência é a marca. Essa tentativa de amplitude parece refletir-se também nos discursos, não só na variação das falas de personagens, mas também na confluência de subgêneros romanescos. O tráfico não se restringe à inclusão de fios narrativos sentimentais, mas mescla narrativas de suspense, policial, de ação a relatos de geração, de aventuras, de memórias, para ficar em uma enumeração sem hierarquia e sem pretensões de esgotamento.

O recurso à narrativa de rememoração merece destaque. O discurso de memórias de personagens longevas, tão úteis aos romances históricos, encontra algumas formas de potencialização nesta modalidade. Registre-se em primeiro lugar a recorrência a agonizantes em situação cujo único interlocutor possível é o Senhor, que não apenas tem a vantagem de contar com forma de comunicação que independe de código que atinja um dos cinco sentidos, como é dotado de uma capacidade de paciência e compreensão literalmente divinas. Numa espécie de segundo e incontestável grau, recorre-se a fenômenos de paranormalidade, em duas formas de manifestações: na capacidade visionária de alguns, premonitória ou de visões do passado, conjugada ou não à derradeira forma, o referendo à crença na reencarnação, um modo definitivo de permanência no tempo desagravado de exigências de verossimilhança.

Referências Bibliográficas

- [1] ABREU, Ângela. *Mil anos menos cinqüenta*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- [2] BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 41-78
- [3] JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.
- [4] LUKÁCS, George. *Le roman historique*. Paris: Payot, 1972.
- [5] MODERNELL, Renato. *Sonata da última cidade*. 2 ed. São Paulo: Girafa, 2004.
- [6] RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- [7] SANTARRITA, Marcos. *A ilha dos trópicos*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1990.
- [8] SERRA, Cristina. A formação da nacionalidade brasileira como foi vista por João Ubaldo Ribeiro, na mansidão da ilha de Itaparica. *Leia*, São Paulo, 7(75): 10, jan. 1985.
- [9] TAPIOCA, Ruy. *A República dos bugres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- [10] WOLFF, Fausto. *À mão esquerda*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Autor(es)

¹ **Marilene WEINHARDT, Profa. Dra.**
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: weinhardt@ufpr.br